



A queixa escolar na relação histórica da psicologia com a educação escolar

Rogério Dias

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

São Paulo, 2007



SUMÁRIO

| | | |
|---|--|----|
| 1 | Resumo | 2 |
| 2 | Psicologia e Problemas Educacionais: as origens de uma relação | 3 |
| 3 | Psicologia e problemas escolares: os riscos do psicologismo | 8 |
| 4 | Considerações Finais | 16 |
| 5 | Bibliografia | 19 |



1 RESUMO

Pesquisas na área da psicologia têm se dedicado e alertado para o grande número de crianças encaminhadas com queixas escolares, aos diversos serviços de atendimento psicológico. Neste trabalho, é demonstrado que esse tipo de demanda aos psicólogos, não é algo recente, mas está presente nos vínculos históricos que unem a psicologia à educação, desde meados do século XIX. O objetivo, a partir de alguns elementos trazidos e das análises que se efetua em relação aos mesmos, é assinalar que esse endereçamento não se dá ao acaso, mas possui uma historicidade que une essas duas áreas. Discute-se, ainda, que as ações da psicologia no campo educativo, hegemonicamente se deram sob o cunho tecnológico, ou seja, como mecanismo de reforma social, respondendo a uma sociedade que anseia por laudos e visa a administração total de seus membros. Assim, uma conclusão a ser tirada a partir dessas análises é que serão infundadas quaisquer afirmações que acusem o meio educacional de ser resistente à inserção dos psicólogos, mas, ao contrário, os elementos trazidos permitem afirmar o quanto ele é extremamente influenciado pelas várias vertentes da psicologia. O referencial teórico adotado para a análise dessa relação é a Teoria Crítica da sociedade, com destaque para os conceitos de tecnologia, indivíduo e administração total presentes nas obras de Adorno e Marcuse. Espera-se que as discussões trazidas possam, de alguma forma, contribuir à área de orientação à queixa escolar, a partir da crítica que se quer fazer da inserção da psicologia no campo da educação, ou seja, atendo-se para a sua historicidade, especialmente no que tange aos problemas escolares de crianças, pois, muitas vezes, esses elementos são desconsiderados ou desconhecidos pelos psicólogos brasileiros.



2 PSICOLOGIA E PROBLEMAS EDUCACIONAIS: AS ORIGENS DE UMA RELAÇÃO

No Brasil, os debates que envolvem os problemas educacionais não são recentes. Ao longo do século anterior e no início deste século XXI, expressões como fracasso escolar, problemas de aprendizagem, dificuldades na relação professor-aluno, indisciplina, são problemas que se fazem e estiveram presentes na vida de alunos e no cotidiano das escolas brasileiras, sendo interpretados à luz de vertentes da psicologia, pedagogia, sociologia, história, economia, medicina, biologia. Dessas áreas, a psicologia tem se destacado e fornecido explicações que pretenderam compreender e corrigir os problemas dos alunos e da instituição escolar. A sua presença há muito tem sido marcante e por meio das suas teorias do desenvolvimento humano, da psicometria, psicopatologia, psicologia educacional, psicologia escolar, psicologia clínica, multiplicaram-se os estudos acerca dos problemas no campo educativo.

Apesar de reconhecida e solidificada nos meios educacionais brasileiros, entende-se, aqui, que é preciso buscar uma compreensão de como o pensamento psicológico foi se consolidando nos meios educacionais do Brasil e o quanto que a investigação desses vínculos pode fornecer algum entendimento do porquê à psicologia foi o destino dos que apresentam problemas de escolarização. Entretanto, neste trabalho, o objetivo não é apresentar um amplo estudo a respeito da trajetória da psicologia na educação, mas trazer alguns elementos que possam servir à análise das raízes históricas que as unem, de forma a compreender esse endereçamento da queixa escolar aos profissionais da psicologia e a atuação dos mesmos diante dessa demanda.

Sass (2003) aponta que a partir do momento em que a pedagogia passa a ser entendida como ciência da educação, tem na figura de John Herbart (1776- 1841) um defensor decisivo do papel que a educação e a instituição escolar podem desempenhar na formação do sujeito. Com o filósofo e pedagogo alemão, a pedagogia se torna organizada, abrangente e sistemática, com fins claros e meios definidos. A estrutura teórica construída por



Herbart se baseia numa filosofia do funcionamento da mente, o que a torna pioneira: não só por seu caráter científico, mas também por adotar a psicologia aplicada como eixo central da educação. Desde então, e até os dias de hoje, o pensamento pedagógico se vincula fortemente às teorias de aprendizagem e à psicologia do desenvolvimento.

Para Herbart, a mente funciona com base em representações — que podem ser imagens, idéias ou qualquer outro tipo de manifestação psíquica isolada. O filósofo negava a existência de faculdades inatas. A dinâmica da mente estaria nas relações entre essas representações, que nem sempre são conscientes. Elas podem se combinar e produzir resultados manifestos ou entrar em conflito entre si e permanecer, em forma latente, numa espécie de domínio do inconsciente. A descrição desse processo viria, muitos anos depois, a influenciar a teoria psicanalítica de Freud.

Em suma, segundo aponta Sass (2003), Herbart, no início do século XIX, vê a ética e a psicologia (ainda que esta permanecesse estritamente ligada à filosofia) como as ciências pilares para uma pedagogia geral, sendo a primeira voltada para os fins e a segunda para os meios da educação.

Assumindo-se como um dos seus “pilares”, uma das fortes inserções da psicologia no campo educativo é por meio dos testes psicológicos. De acordo com Anastasi (1977), a função dos testes é a medição das diferenças individuais entre os indivíduos e as suas reações em diferentes ocasiões, sendo que o desenvolvimento desses instrumentos foi estimulado pela identificação dos retardados mentais e pelos problemas surgidos na educação. A autora destaca, entre outros, os seguintes empregos educacionais dos testes: a classificação de crianças com relação a sua capacidade de aproveitar os diferentes tipos de instrução escolar; a identificação dos retardados e os bem dotados; a identificação dos casos de fracasso acadêmico; aconselhamento educacional, vocacional e a seleção de candidatos para escolas profissionais e especiais (Anastasi, 1977).

No que se refere à utilização dos testes psicológicos no campo educativo, merece ser destacada a contribuição pioneira do psicólogo francês Alfred Binet (1857-1911) que, no início do século XX, atuou sobre as questões que envolviam os problemas de escolarização de crianças francesas. Juntamente com Theodore Simon, em 1905, desenvolve os testes de avaliação da inteligência e habilidades do indivíduo: os testes de QI. Destaca-se que a escala Binet-Simon, assim conhecida, satisfaz uma exigência prática, que não deve passar despercebida, uma vez que é voltada para a atuação da psicologia junto aos problemas escolares, pois, na França, em 1904, o ministro da educação pública nomeou-os exatamente para uma comissão que estudasse os processos de educação de crianças



subnormais, alunas das escolas de Paris (Anastasi, 1977).

Planejados de forma a abrangerem uma variedade de funções, em especial, as funções de julgamento, compreensão e raciocínio (consideradas por Binet como os componentes essenciais da inteligência), esses testes consistem em 30 problemas organizados em ordem crescente de dificuldade, sendo que o nível de dificuldade foi determinado por meio da aplicação dos testes a 50 crianças normais (com idade entre 3 a 11 anos) e algumas crianças retardadas e débeis mentais. O resultado da criança no teste é apresentado como idade mental, ou seja, referente à idade de crianças normais cuja realização era alcançada.

Outra influência e, por que não uma apologia à psicologia no campo educativo se dá por meio do movimento educacional renovador chamado de Escola Nova¹. Por ser a ciência que cuida do indivíduo e das diferenças individuais, contribui para esta concepção pedagógica, fornecendo um entendimento sobre a relação professor-aluno, o processo de aprendizagem, a modernização metodológica, a organização das classes, o conhecimento sobre o desenvolvimento da criança. Os franceses Édouard Claparède (1873 -1940) e Adolphe Ferrière (1879 -1960), o norte-americano John Dewey (1859-1952) e o brasileiro Lourenço Filho (1897-1970) são alguns dos representantes desta concepção pedagógica que fazem menção dos conhecimentos da psicologia como recurso para auxiliar o campo educativo.

Claparède (1959) aponta que a pedagogia, ao discutir e visar as melhorias nas escolas, deve levar em conta os estudos sobre os fatos psicológicos em correlação com as desejadas melhorias e, principalmente, experiências e ensaios.

Ferrière (1929) destaca a importância da psicologia, enquanto ciência que dará a sustentação necessária para a transformação do sistema educativo que tenha como proposta pedagógica o respeito à natureza da criança. Postula que a criança tem a necessidade de espontaneidade e de intercâmbio intelectual vivo e imediato, algo que não é levado em conta pelas práticas pedagógicas tradicionais de sua época. Propõe uma reforma do sistema de ensino, visando uma adequação à natureza física e espiritual da criança e defende a idéia de que a escola deveria oferecer uma formação integral do homem e, não apenas, uma preparação para o futuro trabalhador. A escola ativa, assim proposta por esse autor, é baseada na concepção de se adaptar às leis naturais da criança e tem uma

¹A Escola Nova foi um movimento de renovação das práticas educacionais que ocorreu entre as duas últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, mas apesar de ser apresentado no singular, o mais correto seria falar em escolas novas, uma vez que se caracterizou por uma pluralidade de novas ações educativas que ocorreram, por exemplo, em países da Europa, EUA e Brasil (Lourenço Filho, 2002).



dupla missão: conservar a personalidade da criança e não agir contra as suas necessidades e interesses espirituais.

Por sua vez, John Dewey atribui importância à psicologia na educação, desde que essa ciência auxilie na identificação das condições que potencializem as aquisições intelectuais e ético-morais, não impondo a aquisição dos próprios mecanismos psicológicos como os fins da educação. No Brasil, Anísio Teixeira foi o mais importante seguidor das idéias de Dewey.

Lourenço Filho é um dos representantes da Escola Nova brasileira, com contribuições para o campo educacional e a psicologia brasileira, sendo que entre suas ações, está a criação do teste ABC, utilizado para medir a maturidade para a leitura e escrita no início do curso primário. A pressão social pela democratização do ensino, a partir do ideário escolanovista, insere no interior do sistema educacional uma população diversificada em termos sociais e culturais, o que trouxe problemas às escolas. Diante de tais problemas, Lourenço Filho oferece esse instrumento psicológico como recurso que permite aos educadores lidarem com as diferenças individuais e culturais presentes nas escolas públicas brasileiras. Esse teste se baseia na psicologia das habilidades fundamentada pelo referencial da psicobiologia, isto é, a partir de um modelo “botânico”, o conceito de maturidade passa a ser importante para entender as diferenças observadas nas crianças, o que deixa para segundo plano a ação da cultura no desenvolvimento dos processos cognitivos. De acordo com Campos et al (2002):

esse instrumento foi amplamente utilizado pelas escolas públicas brasileiras, o que levou ao léxico educacional uma série de palavras derivadas da psicologia das habilidades mentais, que forneceram aos educadores meios de lidar com as diferenças individuais e culturais no sistema escolar (Campos et al, 2002, p.46).

Entretanto, cabe ressaltar que apesar dessa disseminação do teste ABC, um instrumento criado por um escolanovista, a psicometria também é utilizada na defesa da escola tradicional, em período concomitante à disseminação dos ideários escolanovistas. O trabalho de Walger (2006) permite compreender que se trata de equivocada qualquer tentativa de querer afirmar que é pela Escola Nova que a psicometria é introduzida no Brasil, pois, em seu estudo, é mostrado que pela obra do educador e psicólogo Isaias Alves, a psicometria tem seu desenvolvimento próprio, independente.

Crítico ao pensamento escolanovista, a relação que Isaias Alves estabelece entre a psicometria e a educação é em defesa da escola tradicional. A função dos testes psicológicos para esse psicólogo está na reorganização escolar, visando a formulação de classes ho-



mogêneas. Ele justifica tal uso a partir de uma concepção evolutiva da inteligência, ou seja, dando pouco crédito ao papel decisivo da educação no ser humano e, também, crê no fato de que tais instrumentos psicológicos possibilitam o conhecimento de capacidades, talentos, tendências e deficiências, permitindo uma educação de homens certos, nos lugares certos (Walger, 2006).

Outra marca da influência da psicologia junto ao campo educativo brasileiro é por meio do acentuado interesse às questões do desenvolvimento cognitivo, o que acabou por conduzi-los como as finalidades da educação. Afinal, por exemplo, nos anos 90 do século XX, a marca dos construtivismos faz com que os próprios Parâmetros Nacionais da Educação (PCN's) sejam embasados por essa concepção psicológica.

Até aqui, menciona-se a influência da psicologia no campo educativo brasileiro, seja por meio da psicometria ou pelos subsídios do pensamento psicológico às concepções pedagógicas. Contudo, no Brasil, estudos apontam que a presença da psicologia, gradativamente se consolida no final do século XIX e se expande no decorrer do XX². Pessoti (1988) destaca que com a criação das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia (1833) e o final do século XIX (1890) são espaços e períodos em que as questões voltadas ao âmbito da psicologia encontram um local de discussão. Observa-se que na faculdade da Bahia ocorre uma preocupação na aplicação da psicologia como forma de sanar os problemas sociais, como a higiene mental e psiquiatria forense. Já a faculdade de medicina do Rio de Janeiro tem um interesse mais voltado para a relação da psicologia com a neuropsiquiatria e neurologia.

Pessoti (1988) também mostra que em termos institucionais, no Brasil, a psicologia se aproxima primeiramente da educação. Por exemplo, a Reforma Benjamin Constant (1890) introduz a disciplina de psicologia nos currículos das Escolas Normais. Contudo, a instituição pedagógica chamada de Pedagogium é a pioneira na psicologia do país. Trata-se de uma instituição que funciona inicialmente como um museu pedagógico, tornando-se, em 1897, um centro de cultura superior. Nesse local, são administrados vários cursos e pesquisas, auxiliando a formação dos profissionais tanto de pedagogia como de psicologia. Ressalta-se que a psicologia que ali se desenvolve é descomprometida com a prática psiquiátrica, neurológica ou assistencial, pois seu compromisso volta-se à educação (Pessoti, 1988).

²Apesar de sua regulamentação como profissão ocorrer em 1962. Lei Federal no4119, de 27 de agosto de 1962.



3 PSICOLOGIA E PROBLEMAS ESCOLARES: OS RISCOS DO PSICOLOGISMO

Acima, foram apresentados alguns elementos que tratam da relação entre psicologia e o campo educativo. Embora esses pontos trazidos não foram aqui muito aprofundados, mesmo assim, é possível identificar (seja pelos trechos apresentados ou se preferirem a leitura dessas obras) o grande valor dado aos conhecimentos da ciência psicológica como auxílio ou como conhecimento normativo à educação; no entanto, o objetivo maior deste trabalho é analisar a relação mantida entre essas áreas.

O estudo apresentado Sass (2003), ao fazer uma análise da presença da psicologia na educação, alerta para o risco de tal relação cair em um psicologismo, isto é, acabar reduzindo os problemas do campo educativo à esfera da subjetividade, das vontades, dos interesses e das limitações individuais questões de amplitudes sociais e políticas, mais complexas e objetivas.

Entretanto, cabe destacar que esse psicologismo não é originário de uma abstração do senso comum feita por aqueles que compõem o cotidiano escolar, ao contrário, é sabida a grande produção de livros, revistas e sites que por sua vez contribuem para a disseminação das idéias psicológicas sobre os problemas educacionais.

Por exemplo, o estudo feito por Aparecido (2000) dá uma dimensão do quanto que esses materiais são usados para justificar os distúrbios de aprendizagem. Essa autora, com base em uma revisão bibliográfica de 10 manuais do campo da psicologia e medicina que associam o baixo rendimento escolar aos distúrbios de aprendizagem, constata que as explicações fornecidas por eles são incoerentes entre si para fundamentar as suas teorias. Todavia, tais literaturas tornam-se a base para os professores, contribuindo para que certos discursos e práticas circulem dentro da escola, dando sustentação para a crença de que se o aluno não aprende, é em função de alguma patologia que ele traz consigo.

Diversos pesquisadores que se dedicam à compreensão dos problemas escolares destacam a tendência de se atribuir ao próprio indivíduo a culpa pelas dificuldades que costuma apresentar; tendência reforçada, por exemplo, por certas áreas da psicologia



que justificam o mau rendimento escolar ou os comportamentos inadequados por meio da explicação psicopatológica. Além disso, veículos de comunicação tais como revistas, programas de televisão, sites na internet, entre outros, despejam informações sobre hiperatividade ou TDAH (transtorno de atenção e hiperatividade), dislexia, depressão e outros distúrbios, síndromes ou transtornos¹. A patologização do indivíduo encontra um suporte explicativo nas informações trazidas por manuais e livros produzidos pelos próprios profissionais e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento humano ou, então, até mesmo certas pessoas leigas que se propõem a falar sobre esses assuntos.

Um outro ponto a ser levantado é que, nos dias atuais, cada vez mais se nota a tentativa de se explicar problemas de aprendizagem, de comportamento, associando-os às questões da saúde do indivíduo, fazendo com que estudos, nomenclaturas, conceitos, de áreas como a medicina e psicologia forneçam categorias explicativas para os problemas que os indivíduos podem apresentar na sua escolarização.

São comuns as tendências de se “explicar” os problemas de escolarização por meio de uma óptica psicologizante ou o patologizante. Diante disso, vê-se esse fenômeno que se torna típico quando se pensa em lidar com os problemas escolares: cada vez mais, os alunos que não atendem às expectativas da escola são encaminhados para avaliações e tratamentos psicológicos e médicos. A respeito desses encaminhamentos, Patto, (2000, p.65) comenta que:

Encaminhar para diagnóstico os alunos que não correspondem às expectativas de rendimento e de comportamento que vigoram nas escolas é um anseio de professores, técnicos e administradores escolares que um número crescente de psicólogos que trabalham em consultórios particulares ou em centros públicos de saúde tem ajudado a realizar.

Percebe-se que, de um lado, estão os profissionais da escola que procuram transferir àqueles que não atendem as expectativas da escolarização a um especialista; do outro lado, como a autora acima comenta, estão os profissionais da psicologia que são amplamente receptivos a este tipo de encaminhamento.

Apesar dos manuais e de outros veículos de informação influenciarem o campo educativo, levando-o, por vezes, à redução psicológica dos problemas escolares, todavia, é possível sustentar que esse movimento de procura ou encaminhamento para um profissional da psicologia, tendo como motivo um problema de adaptação em relação aos padrões da boa escolarização, não se dá no vazio, sem um fundamento, mas encontra um forte

¹Ver, por exemplo, o jornal Folha de S. Paulo (12/10/2006), Caderno Equilíbrio, que apresentou a matéria “Muita calma nessa hora”, o qual divulga que aulas ioga, combinada com medicamentos, podem minimizar os sintomas da hiperatividade.



respaldo, também, na própria legislação que regulamenta esta profissão de psicólogo no Brasil, uma vez que ela lhe dá a competência para lidar com aquele que apresenta comportamentos que fogem do padrão esperado. Sobre as funções, consta no Art. 13º, 1º parágrafo, linha d, cabe ao psicólogo a “(...) solução de problemas de ajustamento”. Assim, se o próprio psicólogo atribui a si a função de ajustar o indivíduo em relação aos “padrões” esperados, então, é possível afirmar que há uma expectativa de adaptação em relação a sua prática, seja por parte do próprio profissional ou daquele que o procura por motivo de algum mal-estar.

Por outro lado, esse movimento de diagnosticar e/ou oferecer tratamento àqueles que não se enquadram aos padrões esperados, pode encontrar suas raízes na própria sociedade em que vivemos, pois, de acordo com a expressão utilizada por Sass (1994) “a nossa sociedade é uma sociedade laudatória²” o que desta forma, exige de seus membros uma adaptação conforme aquilo que considera ideal. Diagnosticar, medicar, tratar quem apresenta dificuldades no processo de escolarização, estaria muito além de uma simples preocupação com o indivíduo, mas refletindo um ideal social que busca um entendimento e a correção daquele que não age conforme o esperado. De acordo com esse autor, no que se refere à importância dos psicólogos responderem criticamente à ditadura dos laudos que se faz presente em nossa sociedade: “evitar a redução da complexa dinâmica social a fenômenos psicológicos implica superar a organização atual da própria sociedade” (Sass, 1994, p.16).

Neste trabalho, foram trazidos elementos que permitem constatar a força da psicologia no campo educativo e, em especial, no Brasil desde as primeiras décadas do século XX. Desta forma, concorda-se, aqui, com a problemática levantada por Sass (2005) quando postula que “um ponto a se desvelar é o quanto que a utilização dos conhecimentos da psicologia se dá sob a forma de tecnologia, sendo um mecanismo importante do controle social sobre o indivíduo”. Esta proposta remete ao conceito de tecnologia de Herbert Marcuse, que no livro *A ideologia da sociedade industrial* (1967), aponta que o problema da sociedade moderna é a invasão da mentalidade mercantilista e quantificadora a todos os domínios do pensamento. A concepção deste pensador alemão a respeito da tecnologia é que esta se trata de um processo social:

(...) como modo de produção, como a totalidade de instrumentos, dispositivos e invenções que caracterizam a era da máquina, é assim, ao mesmo tempo, uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais, uma manifestação do pensamento dos padrões de

²O autor usa essa palavra no sentido da devoção social por laudos, pelos aparatos técnicos e diagnósticos.



comportamento dominantes, um instrumento de controle e dominação (Marcuse, 1999, p.73).

Diante desta concepção, defende-se, aqui, que essa prática de encaminhar, tratar e avaliar crianças e jovens com problemas de escolarização pode refletir o uso tecnológico dos conhecimentos da psicologia a serviço de uma sociedade que anseia pelo controle e entendimento daquele que a escapa, ou seja, uma sociedade que visa administração total. O ato de encaminhar, solicitar um laudo que possa explicar aquilo que se passa com o portador da queixa, é característico de uma sociedade que tenta, a todo custo, o controle sobre o indivíduo, priorizando o aprimoramento tecnológico para atingir seus fins, o que acaba conduzindo ao fetiche da técnica. De acordo com Adorno (2003):

Um mundo em que a técnica ocupa uma posição tão decisiva como acontece atualmente, gera pessoas tecnológicas, afinadas com a técnica. Isto tem a sua racionalidade boa: em seu plano mais restrito elas serão menos influenciáveis, com as correspondentes conseqüências no plano geral. Por outro lado, na relação atual com a técnica existe algo exagerado, irracional, patogênico. Isto se vincula ao “véu tecnológico”. Os homens inclinam-se a considerar a técnica como sendo algo em si mesma, um fim em si mesmo, uma força própria, esquecendo que ela é a extensão do braço dos homens. Os meios – e a técnica é um conceito de meios dirigidos à autoconservação da espécie humana – são fetichizados, porque os fins – uma vida humana digna – encontram-se encobertos e desconectados da consciência das pessoas. (Adorno, 2003, p.132)

Adorno, no trecho acima, aponta para a ambigüidade presente na técnica, ao fetiche como foi transformada, o que pode servir tanto ao progresso quanto à barbárie. Neste sentido, como resistência à regressão à barbárie, postula a educação, o esclarecimento, como condição para que “Auschwitz não se repita” (Adorno, 2003). Aliás, ressalta-se que a concepção desse autor a respeito da educação é a de crítica a qualquer modelagem de pessoas e a mera transmissão de conhecimentos, mas defensor de que a educação produza uma consciência verdadeira, uma consciência emancipada. Por outro lado, ele adverte que “a educação seria impotente e ideológica se ignorasse objetivo de adaptação e não preparassem os homens para se orientarem no mundo (Adorno, 2003, p.143)”, entretanto, o problema está quando a educação só fica pautada na mera adaptação ou preparando pessoas bem ajustadas.

Diante das concepções trazidas a respeito da tecnologia, o fetiche da técnica e as ambigüidades presentes nesta, somada à proposição de Adorno em relação à educação, isso tudo acabar por remeter aos profissionais da psicologia que lidam com a queixa escolar. Se eles, ao atenderem esse tipo de demanda, podem subsidiar a educação no que tange aos seus propósitos (adaptação e preparação para o mundo, por exemplo, enquanto



mecanismos necessários à convivência social), acredita-se que o problema está se agirem de forma ideológica, se fetichizam suas teorias e técnicas, o que os levam a focalizar nas questões subjetivas e não denunciam possíveis influências de fatores objetivos (e no caso da realidade brasileira, são muitas as adversidades objetivas enfrentadas pelos alunos) na produção dessa queixa. De acordo com Crochik (1998, s.p.):

A psicologia é ideológica se fecha os olhos para o problemático da categoria indivíduo nos tempos atuais: o indivíduo é consolado através da exaltação de sua mente, de sua criatividade para consolá-lo da sua redução à totalidade social. Não basta dizer que a psicologia tomou a subjetividade humana como objeto natural, introduzindo métodos das ciências da natureza. Agindo assim ela fez apenas ratificar um processo determinado socialmente, ou seja, as condições objetivas que precisam da dissecação dos homens em suas faculdades, a fim de entregá-los mais facilmente à divisão do trabalho e ao interesse de dispor deles e manipulá-lo.

Pelos trechos já destacados, onde foram apontadas as várias inserções da psicologia no campo educativo, principalmente no que tange aos problemas escolares, nota-se, assim, que o uso da psicologia já serviu e ainda serve para o desenvolvimento de diferentes teorias explicativas para as mais diversas dificuldades identificadas no processo de escolarização dos sujeitos dos mais variados níveis de ensino, principalmente, aqueles oriundos das classes sociais subordinadas economicamente. Centrar em questões psicológicas, em causas “psíquicas” pode ser um fato reducionista que acaba por desconsiderar outras variáveis que se fazem presentes e influenciam a conduta do indivíduo, tais como questões econômicas, históricas, políticas e sociais.

Com isso, é preciso pensar e agir criticamente diante da queixa escolar. A prática de oferecer um “tratamento” àquele que é portador de uma queixa escolar tem sido analisada por diversas autoras, especificamente do ramo da psicologia, o que vem possibilitando a crítica à formação que esses profissionais dessa área recebem. Carvalho (2001), Souza (2000), Patto (1993;1997) apontam para o despreparo que possuem, muitas vezes, esses profissionais, no que se refere à maneira que lidam com a queixa escolar, uma vez que existe uma tendência de centralizarem as suas ações no “emocional” do indivíduo, utilizando testes que, na maioria das vezes, servem de elementos para condenar o indivíduo e sua família. Destacam, também, nesses estudos, uma dificuldade por parte dos psicólogos de conceituar problemas de aprendizagem, de comportamento, além de que, acabam tendo uma postura voltada às questões subjetivas do indivíduo, quando deveriam considerar as ações institucionais, pedagógicas e sociais, ou seja, uma postura que não promovesse a cisão entre o indivíduo e a sociedade. De acordo com Souza (1997):



A adesão dos psicólogos ao modelo psicologizante e medicalizante do atendimento à queixa escolar é um fato. Ela é reflexo de uma visão de mundo que explica a realidade a partir de estruturas psíquicas e nega as influências e/ou determinações das relações institucionais e sociais sobre o psiquismo, encobrendo as arbitrariedades, os estereótipos e preconceitos de que as crianças das classes populares são vítimas no processo educacional e social. (Souza, 1997, p.35).

A autora acima volta suas questões à formação recebida pelos psicólogos e a atuação sob a forma de “tratamento” em relação à queixa escolar. Entretanto, quando critica a adesão ao modelo “médico”, não leva em consideração o fato de que essa adesão não reflete, apenas, uma visão de mundo que visa explicar-se pelo psiquismo, mas, como já trazido anteriormente, está também em consonância com aquilo que os próprios psicólogos atribuem a si mesmos: o papel de ajustadores de “desviantes”. Têm essa atribuição regulamentada, o que pode levar à dedução de que em suas formações, não está em jogo a busca pelo entendimento daquilo que se passa nas esferas sociais e o peso delas sobre o indivíduo, mas, de acordo com a regulamentação profissional que os rege, cabe entender o indivíduo, tratá-lo e reintegrá-lo. Em suma, uma adesão em conformidade com o possível utilitarismo ideológico e tecnológico com que a psicologia tem sido empregada em uma sociedade que tenta, a todo custo, mascarar suas contradições e as dominações entre os indivíduos.

Contudo, é preciso analisar essas concepções não apenas como produto da psicologia, mas algo próprio da cisão estabelecida a partir do conhecimento entre ciências sociais e ciências psicológicas, presentes na sociedade capitalista, conforme é destacada por Adorno (1986):

Las ciencias de la sociedad y de la psique, en tanto corren desunidas y paralelas, sucumben por regla general a la sugestión de proyectar sobre su sustrato la división del trabajo del conocimiento. La separación de la sociedad y psique es falsa conciencia, eterniza categorialmente la escisión entre sujeto viviente y la objetividad que gobierna los sujetos pero proviene, sin embargo, de ellos. Pero a esta falsa conciencia no se le puede retirar, por decreto metodológico, el suelo que pisa. Los hombres no consiguen reconocerse a sí mismos en la sociedad, ni ésta tampoco en ellos, porque se encuentran alienados entre ellos y frente al todo (Adorno, 1986, p.38).

A adesão dos psicólogos a uma prática individualizante em relação à queixa escolar, reflete uma visão de mundo que explica a realidade a partir da cisão feita entre indivíduo e sociedade, o que pode permitir a compreensão dessa tendência dos encaminhamentos e tratamentos psicológicos de serem focados, apenas, naquele que apresenta problemas de



escolarização, explicando-se a partir de uma patologia, déficit ou distúrbio, restringindo o mal-estar dos estudantes a uma forma definitiva e não histórica.

O estudo de Lima (2005) serve para ampliar a discussão a respeito desse fenômeno que é o encaminhamento e tratamento de estudantes com queixa escolar. Esse autor, embora não trate dos problemas que envolvam o contexto escolar, apresenta uma leitura contrária à patologização daquilo que se apresenta como contradição da racionalidade produtiva. Discute como a sociedade capitalista, baseada na racionalidade produtiva, nega as contradições sociais, priva os indivíduos de expressarem sua individualidade, direciona as formas de existência e utiliza mecanismos de exclusão que partem do princípio do desempenho, sendo que ser sadio significa ser produtivo, ser consumidor, ao passo que estar doente é estar fora do processo de produção. A discussão trazida por Lima, articulada aos problemas da queixa escolar, possibilita a compreensão de como a sociedade capitalista e a sua racionalidade produtiva concebem certos comportamentos dos estudantes como uma falha, um problema de desempenho e que precisaria ser corrigido.

Os indivíduos que fogem do padrão esperado, que não produzem ou não respondem às expectativas do sistema de ensino, conseqüentemente, não atendem à expectativa do mercado. Assim sendo, criam-se justificativas, vilões. Se algo escapa, é preciso controlá-lo, corrigi-lo. Com isso, os problemas de escolarização dos indivíduos encontram, também, no corpo teórico e de práticas da psicologia, todo um suporte para legitimar certas ações, entre elas, a tentativa de uniformização ou o tratamento daqueles que não se enquadram nos critérios necessários à escolarização. Não existiria contradição social, o que existiria é uma inadaptabilidade de certos indivíduos aos padrões escolares, sendo que, para isso, a solução estaria em uma psicoterapia, ou um remédio (no caso da psiquiatria), por exemplo.

Nesse quadro que se faz presente - a psicologia oferecendo explicação e tratamento àqueles que apresentam dificuldades no processo de escolarização - vale reportar a afirmação de Adorno (1986) acerca do culto à psicologia, mais especificamente, às psicoterapias, deve-se muito à escola norte-americana, a psicologia do ego. Direcionadas a uma clientela pobre, visam tornar os indivíduos mais capacitados e prontos a voltar ao trabalho. Tal prática esconde um outro lado: “responsabiliza e culpabiliza o indivíduo pelo seu adoecimento, constituindo o psicológico numa entidade enferma, relativamente autônoma em relação ao exterior” (Adorno, 1986, p.?).

A culpabilização não dá entendimento a respeito das contradições presentes na relação do indivíduo com a cultura, servindo para a manutenção da estrutura social e, conseqüen-



temente, a dominação. Daí, pode-se inferir que os tratamentos psicológicos de crianças e jovens com queixa escolar podem encarcerar esses sujeitos numa idéia de anormalidade, ou seja, em alguma psicopatologia, tendo a expectativa de que um dia, por meio de procedimentos especializados como as psicoterapias, possam superar suas dificuldades no processo de escolarização. Ao mesmo tempo, muda-se o rumo da discussão, impossibilita um outro olhar, pois, não se atém, por exemplo, o quanto que as condições materiais podem impedir uma satisfatória inserção no universo escolar.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente a tudo isto que foi trazido, é preciso discutir para além da quantificação, atendo-se ao que tem sido feito em relação aos estudantes com problemas de escolarização que chegam aos mais variados tipos de serviços oferecidos pelos profissionais da psicologia. É preciso pensar o quanto que a própria psicologia contribuiu e tem contribuído para que esse tipo de problema se acentue, por não manter uma postura crítica, justificando por meio de suas práticas a individualização dos problemas de escolarização, psicopatologizando, culpabilizando, o que em suma, significa dizer o quanto que ela responde a um ideal de sociedade que quer adaptar os estudantes às condições que podem produzir esse mal-estar.

Todavia, mediante a crítica que é feita ao conjunto de técnicas e procedimentos da psicologia, é preciso não transformar a criatura em criador. Se a psicologia possui um conjunto de teorias e práticas que a converteram em tecnologia, por avaliar aquilo que se passa com o indivíduo, de forma a administrar o ser humano, se ela o classifica, enquadra-o e, por que não, cria estereótipos, há que se afirmar que isso tudo se inicia na própria sociedade em que vivemos, já que tal postura já se encontra anteriormente ao surgimento das técnicas psicológicas, ou seja, a psicologia é a criação desse meio social, de uma sociedade que é laudatória e precisa sustentar a cisão do conhecimento entre aquilo que é do indivíduo e aquilo que é do social.

Assim sendo, não devem ser naturalizados, ou vistos com indiferença, esses grandes números de queixas escolares. Se, numa sociedade, prevalece, por exemplo, um ideal de formulação de laudos psicológicos a fim de que sirvam de instrumentos capazes de fornecer uma justificativa para aquilo que se passa com o indivíduo e da sua adaptação, entende-se que é preciso desenvolver uma postura crítica de maneira a apresentar o quanto de social, econômico, político (no sentido de projeto de nação e de políticas educacionais) e ideológico que esse “mal-estar” possui. É uma outra ação diante do fenômeno, de forma que, como no passado e certamente ainda hoje, não sejam mantidas certas práticas psicológicas que, apenas, sustentem ideais liberais que somente servem



para apontar uma concepção de que seriam as diferenças individuais os determinantes para o êxito ou o insucesso escolar.

Diante destes pontos trazidos, na identificação da grande influência exercida pela psicologia nas ciências da educação (seja para propor inovações ou tentativas de sanar seus problemas) ou a constatação do grande número de atendidos nos serviços de psicologia por conta de problemas de escolarização, é preciso ater-se ao fato de que os mesmos não sejam enquadrados num psicologismo, necessitando uma análise a partir de uma posição mais crítica, pois, entende-se aqui que, principalmente no que se refere aos problemas de escolarização, a psicologia é incapaz de, sozinha, fornecer uma explicação ou promover a crítica.

Entendendo que a educação é um campo composto por diversas áreas do conhecimento humano, tendo a psicologia por um longo tempo se situado a sua frente, regendo suas idéias, marcando uma influência, instrumentando-a quanto às teorias e práticas, torna compreensível essa busca na psicologia para as explicações dos problemas de escolarização apresentados pelos indivíduos.

Nas pesquisas sobre atendimento psicológico de crianças com queixa escolar, sejam aquelas que abordam a população atendida nas clínicas-escola de psicologia ou em serviços de saúde, observam-se duas características destes estudos: ou encarceram num psicologismo às questões sobre a queixa escolar que vai chegar aos mais variados serviços de psicologia, ou então, uma outra tendência que se assume como crítica aos modelos tradicionais de atendimento à queixa escolar, fortemente influenciada pelos estudos de Patto (1993), que procura desenvolver uma outra postura da psicologia, especialmente da área escolar em relação à queixa escolar, entretanto, tal postura tem se notabilizado por um abandono de instrumentos e técnicas que tem sido há muito tempo utilizado pela área (como no caso da psicometria). Contudo, em relação a esta última, apenas é preciso alertar para o risco de, ao se abdicar dos instrumentos da psicometria, acabem por fetichizar outras teorias e práticas.

À luz do que se discute até aqui, a busca por uma explicação no indivíduo sobre os problemas que, porventura, ele apresenta, pode correr o risco de culpabilizá-lo por não se adaptar ao ambiente, à sociedade. Assim, focar nos estudantes as razões dos problemas que eles apresentam em relação ao processo de escolarização, pode desconsiderar certas condições objetivas que podem produzir esses problemas como, por exemplo, as metodologias de ensino, espaço físico precário e outros determinantes sociais, tais como o próprio espaço que a educação escolar ocupa hoje na sociedade brasileira. Importante



ressaltar que, aqui, não se quer afirmar que problemas psicológicos não existem ou que os mesmos seriam apenas criações de indústrias para vender remédios ou de profissionais que visam assegurar sua posição no mercado de trabalho. A crítica se direciona para um reducionismo que pode estar presente, quando se enquadra, unicamente, em explicações psicológicas, tudo o que o indivíduo apresenta de desviante, de “anormal” e se tenta fazer das teorias e práticas da psicologia uma forma de tecnologia para que, enfim, ele possa retomar seu lugar na “normalidade”.

É neste sentido que se acredita na importância de realizar maiores discussões sobre as ações da psicologia no que se refere aos diversos problemas de escolarização apresentados pelos estudantes brasileiros, especialmente, quando estes problemas chegam sob a forma de queixa nos serviços de psicologia. Por outro lado, com muito mais ênfase, é preciso fazer os psicólogos se reconhecerem na história que se estabeleceu com o campo educativo e refletir sobre o que os conhecimentos da psicologia realmente têm contribuído para o campo educativo.



5 BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T.W. Acerca de la relación entre Sociología y Psicología. IN: JENSEN, H (org). Teoria crítica del sujeto. Buenos Aires: Editora Siglo XXI, 1986.

ADORNO, T.W. Educação e emancipação. Tradução: Wolfgang Leo Maar. São Paulo: editora Paz e Terra, 2003.

ADORNO, T.W. Capitalismo tardio ou sociedade industrial. In: COHN, G. Theodor Adorno. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

ANASTASI, A. Testes psicológicos. Tradução de Dante Moreira. São Paulo: EPU, 1977.

APARECIDO, A.M.B. 2000. Os distúrbios de aprendizagem como categoria explicativa para o baixo rendimento escolar: revisão da literatura especializada publicada nas décadas de 60, 70 e 80. Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação: História Política Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BIDERMAN, I. ROSSI, P. P. Muita calma nessa hora. Folha de S. Paulo, Caderno Equilíbrio, 12/10/2006 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>. Data de acesso: 19 de Outubro de 2006. CAMPOS, RHF, ASSIS, RM, LOURENÇO, E. Lourenço Filho, A Escola Nova e a Psicologia. IN.: Lourenço Filho, M.B. Introdução ao estudo da Escola Nova. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

CARVALHO, A.M. J. 2001. História na escola e produção da queixa escolar: a visão da criança e do professor. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia da Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CLAPARÈDE, Edouard. A escola sob medida e estudos complementares. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1959.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. Legislação e regulamentação profissional: Lei no 4.119, de 27/08/1962. Disponível em http://www.crpsp.org.br/a_rien/legislacao/norma. Acesso em : 10 de abr. 2007.



CROCHIK, J.L. Os desafios atuais do estudo da subjetividade na Psicologia. *Psicologia*. USP: São Paulo vol.9 no2, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000200003. Acesso em 10 de julho de 2007. FERRIÈRE, Adolphe. *Aléibiogenética e a Escola Melhoramentos*, 1929.

LIMA, A.F. A dependência de drogas como um problema de identidade: possibilidades de apresentação do “Eu” por meio da oficina terapêutica de teatro. 2005. Dissertação Mestrado, Departamento de Psicologia Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARCUSE, H. *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo: UNESP, 1999.

PATTO, M.H.S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T.A. Queiroz, 2ª edição, 1993.

PATTO, M.H.S. *Mutações do Cativo: escritos de psicologia e política*. São Paulo: Hacker Editores/Edusp, 2000.

PESSOTTI, I. Notas para uma história da psicologia brasileira. In.: Conselho Federal de Psicologia. *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon, 1988.

SASS, O. A sociedade laudatória. *Jornal do Conselho Regional de Psicologia*. São Paulo, p.16, jul-ago. 1994.

SASS, O. Problemas da educação: o caso da psicopedagogia. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 24, n. 85, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302003000400013&lng=ptnrm=iso. Acesso em: 12 Outubro de 2006.

SASS, O. *Psicologia, tecnologia e educação em Oliveira Vianna e Lourenço Filho*. In: 28ª Reunião da Anped, 2005, Caxambu/ MG. *Anais da 28ª Reunião da Anped*, 2005.

SOUZA, B.P.; SOBRAL, K.R. Caracterização da clientela de orientação à queixa escolar: revelações, indicações e perguntas. IN.: SOUZA, B.P. (org). *Orientação à queixa escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SOUZA, M.P.R. e colaboradores. *Psicólogos na Saúde e na Educação: a busca de novos caminhos na compreensão da queixa escolar*. IN.: Conceição, J.A.N. (org) *Saúde Escolar: a criança, a vida e a escola*. São Paulo: Sarvier, 1994.

SOUZA, M.P.R. *A queixa escolar e a formação do psicólogo*. 1996. Tese de Doutorado, Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, da Universidade de



São Paulo.

SOUZA, M.P.R. A queixa escolar e o predomínio de uma visão de mundo. In: SOUZA, M.P.R.; MACHADO, A.M. Psicologia escolar: em busca de novos rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SOUZA, M.P.R. A queixa escolar na formação do psicólogo: desafios e perspectivas. In: TANAMACHI, E. R.; ROCHA, M.L.; SOUZA, M.P.R. (orgs). Psicologia e Educação: desafios teóricos e práticos. São Paulo: Casa do psicólogo, 2000.

WALGER, A.A.R. Psicometria e educação: a obra de Isaías Alves. 2006. Tese de Doutorado, Departamento de Educação: História Política Sociedade, da Pontifícia Universidade católica de São Paulo.